

No.176

JUN-DEZ

ANO 29/2019

farj@riseup.net

www.farj.org

O ano de 2019 foi marcado pelo terrorismo de Estado no Rio de Janeiro. O discurso de acirramento das políticas de enfrentamento ao tráfico, projetado tanto pelo governo Bolsonaro como de Wilson Witzel, traduziu-se em recordes de assassinatos cometidos pela polícia no Rio de Janeiro em 2019. Foram mais de 881 assassinatos, em apenas seis meses de governo. Quinze mortos no Fallet, oito mortos na Maré, oitenta tiros em Evandro, execução da menina Ágatha no Alemão etc. Estes são exemplos da política de abate de Witzel. Além disso, operações policiais diárias realizadas em Acari, no Alemão, na Maré e outras favelas trazem transtornos cotidianos aos moradores, fechando escolas e impedindo os trabalhadores de saírem para trabalhar e estudar. Witzel também manifestou o interesse de expandir o sistema carcerário do Estado com dez novos presídios (ampliando o superencarceramento), internar compulsoriamente moradores de rua e combater os ativistas de direitos humanos.

Cabe salientar que esse tipo de política não é exclusividade do atual governo. Mas talvez seja a primeira vez que um governador demonstre abertamente orgulho em assassinar a população pobre e Preta. Um estudo recente do Ministério Público do Rio de Janeiro mostrou que o aumento de mortes decorrentes de atuação policial não está relacionado com a relativa melhora em alguns índices criminais. A política supremacista e racista de Witzel se apresenta como um dos tentáculos do genocídio do povo Preto. Um estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) mostrou que, no Brasil, 3 a cada 4 pessoas mortas pela polícia são Pretas.

Apesar das sucessivas operações policiais contra o tráfico em favelas, o governo não demonstra o mesmo afinco



INFORMATIVO DA FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO - FARJ
ORGANIZAÇÃO INTEGRANTE DA COORDENAÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA - CAB

GOVERNO MILICIANO: TERRORISMO DE ESTADO E OS DEZ MESES DE GOVERNO WITZEL NO RIO DE JANEIRO

GENOCIDA?



no combate às milícias, que estão em pleno processo de expansão na Baixada Fluminense, na Zona Oeste, em municípios de São Gonçal e Itaboraí. Desde o seu surgimento, as milícias sempre contaram com apoio, quando não participação ativa, de agentes e ex-agentes do Estado: policiais, bombeiros, vereadores e deputados. De dentro do Estado, as milícias atuam em comunidades pobres e bairros populares das cidades “cobrando” por proteção e por serviços como venda de gás, de TV a cabo, água, terrenos, transporte etc. Atualmente, até um serviço de transporte individual da milícia foi desenvolvido, e moradores são obrigados a usá-lo.

É também uma prática comum empregar familiares de milicianos em gabinetes de vereadores e deputados, formando uma rede de suporte a estes grupos.

Familiares do ex-chefe da milícia em Rio das Pedras, e integrante do grupo de extermínio Escritório do Crime (grupo acusado de envolvimento no assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes), foram empregados no gabinete do Flávio Bolsonaro na ALERJ. Flávio também já havia homenageado o miliciano na ALERJ. Além disso, há indícios que Queiroz, ex-assessor de Flávio e investigado por repassar dinheiro ao senador, tenha se escondido em Rio das Pedras, um dos berços da milícia no estado. Como se não bastasse, Flávio defendeu quando era deputado em 2008 que o Estado deveria legalizar as milícias pelo serviço prestado à população. Já se tem notícias do surgimento de milícias nos estados da Região Norte. O que mostra que esse tipo de organização criminosa está se disseminando

pelo país como um projeto de um setor da classe política brasileira ligada à economia do submundo das milícias e que usa o Rio de Janeiro como laboratório.

Witzel obviamente não terá o combate a milícia como sua prioridade. Não à toa, nenhuma das mortes ocorridas por intervenção policial ocorreu em áreas de milícia. Em julho, uma reportagem do Jornal Extra apontava que o batalhão da PMERJ que recebia propinas das milícias era comandado pelo atual Secretário da PM de Wilson Witzel. E a ligação de Witzel com as milícias é evidente. O governador venceu a eleição inesperadamente, com o apoio ativo de milicianos nos currais eleitorais, ameaçando rivais e pressionando eleitores. Os governos Witzel e Bolsonaro têm aberto caminho pro franco avanço das milícias, que têm ganhado territórios e aliados junto a facções do tráfico e construído uma rede política dentro do Estado brasileiro. Devemos compreender a ação deste governo de extrema-direita no Rio de Janeiro como o braço violento do neoliberalismo. O terrorismo de Estado do governo Witzel se articula com a precarização e destruição dos serviços sociais. São faces da mesma moeda. Enquanto o neoliberalismo destrói os serviços sociais, as milícias paramilitares, aliadas por políticos de direita e extrema-direita, dominam os territórios e oferecem substitutos a esses serviços precarizados.

Somente com organização popular nas favelas, nos bairros, nos locais de estudo e trabalho será possível resistir aos ataques de Witzel e Bolsonaro.

(Texto completo em www.farj.org)

Nesta Edição

PSD OSVALDO DE OLIVEIRA: POVO ORGANIZADO PRA RESISTIR E PRODUZIR... *pág 2*

28 DE SETEMBRO: ABORTO, DIREITOS REPRODUTIVOS E A LIBERDADE DAS MULHERES... *pág 3*

ANTIGAMENTE QUILOMBO, HOJE PERIFERIA ... *pág 4*

NAS BOCAS...

“O reformismo só prospera quando a burguesia quer (e pode) admitir reformas.”

federação Anarquista uruguaia

PSD OSVALDO DE OLIVEIRA POVO ORGANIZADO PRA RESISTIR E PRODUIZIR

O agronegócio, expressão no campo do capitalismo ultraliberal, segue tentando impor suas agendas de morte, como a monocultura de exportação, a exploração desenfreada das bases naturais e o uso extensivo de venenos. Seguem nesta linha as políticas escravagistas e de extermínio do Governo Bolsonaro, Tereza Cristina e Nabhan Garcia contra os povos e trabalhadores do campo. Operando um Estado Policial de Ajuste se aceleram políticas anteriores, que já atendiam as agendas dos empresários do agronegócio, mineradoras e megaempreendimentos. A concentração de terras avança e a reforma agrária sofre ataques.

No Rio de Janeiro, a ameaça de despejo do assentamento do MST PDS Osvaldo de Oliveira acaba se inserindo nesse contexto nacional de avanço no desmonte de instituições e políticas públicas para o campo e o uso da violência e meios jurídicos para o despejo de acampamentos e assentamentos. No dia 21 de agosto, em uma sessão no TRF o judiciário se posiciona a favor do ex-proprietário da fazenda, extingue o processo de desapropriação movido pelo INCRA e determina a reintegração de posse com a utilização de força policial caso as 63 famílias não saiam voluntariamente em 90 dias. No dia 16 de outubro ocorreu o julgamento da ordem de despejo, sendo encaminhado o adiamento para o início de novembro. Mas o que poderia fazer o movimento recuar e desmobilizar as famílias gera ainda mais vontade de lutar.

O assentamento Osvaldo de Oliveira é um PDS (Projeto Desenvolvimento Sustentável), primeira experiência desse modelo com matriz agroecológica no estado (região serrana de Macaé), conciliando a produção com a preservação das florestas, espécies e nascentes. As famílias assentadas são referência na produção de alimentos saudáveis e agroecológicos, construindo um território de resistência camponesa, com organização coletiva, produção de cultura, estabelecendo canais de comercializando e recebendo visitas de universidades e diferentes grupos da cidade.

Algumas ações realizadas no PDS são exemplos de autonomia, resistência e construção de poder popular, como as roças coletivas, cada uma com uma coordenação, fortalecendo os processos coletivos de organização popular em uma área de cerca de 7 hectares de área coletiva. Ali são produzidos alimentos como abóbora, melancia, milho, aipim, com destaque para o coletivo do feijão preto, com uma produção de aproximadamente 5 toneladas de grãos. O aipim, feijão e abóbora vão semanalmente para o PNEA (Programa Nacional de Alimentação Escolar) para a merenda de escolas municipais de Macaé.

Outra ação do PDS Osvaldo de Oliveira foi a construção da Casa de Farinha, para processar a mandioca em farinha, e outros produtos, diversificando a produção e agregando mais valor. O projeto foi realizado em parceria com estudantes do curso de engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) de Macaé, no desenvolvimento de equipamentos como um triturador movido a bicicleta e uma prensa, além da construção do forno para torra e da estrutura da casa por meio de mutirões pelos

Assentados. Agroecologia tam- cultura e a arte, que zidos por jovens do Oliveira. Levando te do MST Cícero do em Campos do seis anos, o Cole- ção realiza diver- nicação e propa- cerca de dez pesso- e algumas pessoas Edson Nogueira,

O coletivo produz também camisetas com a técnica da serigrafia, como as camisetas da campanha contra o despejo, produzindo agito e renda com a venda do material.

E como ação para organizar a mobilização contra o despejo e ajudar a organizar

os trabalhos foi montado o espaço do Barracão da Resistência. Sua estrutura foi montada na entrada do assentamento, e cada núcleo de famílias é responsável por garantir um dia na semana na organização do espaço. No Barracão da Resistência ocorrem reuniões todos os dias, às 8h, para organizar as tarefas do dia, e onde se organizam os trabalhos coletivos da produção do PDS Osvaldo de Oliveira.

Todas estas ações desmontam toda as mentiras daqueles que operam esta tentativa de despejo, pois no PDS Osvaldo de Oliveira se produz alimentos saudáveis e agroecológicos, cuidando do meio ambiente e dos bens naturais, na luta por soberania alimentar, que é a gestão dos modos de produção de alimentos e reprodução da vida pelas próprias comunidades que trabalham e vivem no campo e nas florestas. Em um projeto que defende a vida e a terra para quem trabalha e vive dela.

Vida longa ao assentamento PDS Osvaldo de Oliveira! Um povo forte se constrói com movimentos populares em que as bases são protagonistas dos processos de organização das lutas e na construção do poder popular. Com independência política, rebeldia e auto organização para resistir e avançar diante dos ataques do Estado, instrumento do capitalismo para apertar o garrote nos de baixo. As transformações sociais vêm do povo organizado!

AGROECOLOGIA SIM, DESPEJO NÃO!

Frete de Luta Camponesa da FARJ



Justiça para Cícero Guedes!

No mês de outubro e novembro de 2019 ocorreram um conjunto de atividades da campanha “Justiça para Cícero” com o objetivo de mobilização popular para o júri popular para definir o caso do assassinato do companheiro Cícero Guedes, militante do MST morto em Campos dos Goytacazes em janeiro de 2013. Foram feitas atividades de cine-debates em instituições de ensino, mutirão agroecológico no sítio brava gente da família, atos e panfletagem e ocorrerá uma vigília na ocasião do julgamento marcado para o dia 07 de novembro.

O companheiro Cícero era referência na luta pela terra na região, defensor da agroecologia, da educação popular, pública, gratuita e de qualidade, foi do comitê de erradicação do trabalho escravo, era solidário com as pautas urbanas. A impunidade e a concentração de terra continua sendo a principal causa para a violência no campo. O júri popular é histórico não apenas na tentativa de justiça do assassinato do companheiro na ocupação da Usina Cambaíba, mas também faz memória aos companheiros e companheiras que tiveram seus corpos queimados nos fornos da Usina Cambaíba na ditadura militar brasileira.

Mas como resultado do julgamento, o Tribunal do Júri inocentou o principal suspeito de ser o mandante do assassinato de Cícero Guedes, decidindo pela pela absolvição do réu por 4 votos a 2.

Seguindo exigindo justiça para Cícero!

28 DE SETEMBRO: ABORTO, DIREITOS REPRODUTIVOS E A LIBERDADE DAS MULHERES



Em nossa construção anarquista e feminista a autodeterminação reprodutiva sempre foi pauta defendida pelas mulheres em luta. Nesse 28 de setembro, dia de luta pelo aborto legal e seguro, pela descriminalização e legalização; no espírito de luta das Mujeres Libres, de Emma Goldman e tantas companheiras que nos precederam, refletimos sobre a conjuntura política à luz desta agenda tão cara para os direitos das mulheres.

Uma série de acontecimentos da conjuntura requerem nossa atenção e reação. Neste mês Bolsonaro anunciou que solicitou ao MEC um projeto para acabar com o que chama de “ideologia de gênero” nas escolas, medida que objetiva interditar o debate de gênero e diversidade sexual no âmbito da educação. Na América Latina no geral há um forte movimento contra a suposta ideologia de gênero, levada a cabo por governos com apoio de bases católicas e evangélicas, numa guerra contra as mulheres e os avanços conquistados pelos movimentos organizados. A censura nas artes têm tido como alvo prioritário as peças, filmes, livros e criações que tratam desse tema, como no exemplo recente da Bienal do Rio de Janeiro.

Após o lançamento do programa “Abraça Marajó”, da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, uma recente investigação na Ilha de Marajó demonstra a relação consequente da fome, da pobreza e da ausência de políticas públicas com a exploração sexual de meninas e mulheres. É um dos locais com os índices mais altos de exploração sexual infantil com meninas se prostituindo por comida, sendo abusadas pelos pais, tios, avôs e engravidando dos estupros cometidos pelos familiares. O Anuário de Segurança Pública 2019, divulgado também esse mês, traz as sangrentas estatísticas de aumentos de feminicídios e de estupros, com uma menina estuprada a cada 4 horas.

Uma nova resolução do Conselho Federal de Medicina retirou das mulheres grávidas a escolha sobre procedimentos indesejados sobre seus corpos se os médicos acharem que não é o melhor para o feto. Procedimentos dolorosos ou invasivos poderão ser feitos mesmo sem autorização das mulheres, em mais uma manobra onde a medicina tutela os corpos em nome dos direitos de um feto, deixando claro que para o sistema somos incubadoras, não pessoas de direitos.

O discurso religioso que contamina as políticas públicas segue se acirrando. O novo procurador-geral da República Augusto Aras assumiu compromisso com setores evangélicos através de um manifesto para valores cristãos e pautas morais. Na pauta, além da anticorrupção, estão temas como a proibição do aborto, reconhecimento exclusivo da família heterossexual e monogâmica, cura gay, combate ao nome social e reconhecimento de identidades de gênero, criação de cargos de estado para a “defesa da liberdade religiosa”. Em meio a crises no governo, há um movimento de maior aproximação de Bolsonaro com evangélicos para driblar as

crises diplomáticas, a questão ambiental e os ruídos com o lavajatismo, acenando com mais isenções fiscais para as igrejas e reforço das pautas morais.

Por outro lado, as mulheres que são mães têm tido o futuro dos seus filhos arrancados pela mão do Estado racista e patriarcal a serviço do capital. Muitas mães choraram a morte de seus filhos pela política genocida que corta nossa carne e é máquina de moer pobres e negros. Muitas crianças vivem a violência absoluta da miséria de tudo: não têm transporte, não têm moradia digna, não têm comida, não têm escola, não têm atendimento médico, não têm afeto. Os ricos e poderosos, ao mesmo tempo, impedem o direito de decidir das mulheres e nos matam com suas políticas antipovo que nos exploram e só fazem aprofundar as desigualdades sociais.

Mas e o que tudo isso tem a ver com o aborto?

O tema do aborto é ainda uma questão relegada ao campo da religião, da moralidade e da clandestinidade. É pauta das feministas que defendem como um direito, mas também das igrejas e dos políticos, abordado numa agenda para a religião e um modelo de família. O patriarca branco é a versão familiar do corpo político nacional. As narrativas disciplinadoras do controle da força reprodutiva e de trabalho das mulheres na família e na vida pública são pilares da ordem racial, sexual e econômica do capitalismo. O controle dos nossos corpos e o cisheterossexismo são instrumentos para a manutenção de uma ordem global baseada em explorações múltiplas. Todos os elementos que pontuamos se interligam demonstrando que as políticas de morte e de “vida” dos poderosos e o controle dos corpos mantém o sistema funcionando e reproduzem as desigualdades. É por isso que os temas chamados morais estão na ordem do dia da ofensiva conservadora e neoliberal em curso.

Nas ruas, pelo mundo afora, as mulheres gritamos pelo nosso direito de decidir. Nos congressos, nas igrejas, nas mesas dos poderosos de ternos e fardas, homens se unem para impedi-lo a todo custo. A legislação do aborto é feita por homens para os homens, onde a criminalização do aborto é um exemplo escandaloso da negação da liberdade das mulheres. Decidir ser mãe ou não ser mãe é a expressão de uma liberdade. Não reconhecemos nenhuma lei de deuses, homens, ou culturas que possam nos impor a maternidade ou a negação dela (no caso de políticas de esterilização). Não há nada que possa impedir uma mulher de interromper uma gestação. Mas o direito de decidir e políticas de educação e saúde sexual eficazes podem nos impedir de morrer.

Quando falamos em aborto, estamos falando não apenas do procedimento em si, que queremos disponibilizado na rede pública de saúde de forma legal e segura, mas de uma série de temas e pautas que envolvem os direitos reprodutivos. É uma questão que não admite debate no âmbito do ser contra ou a favor, mas sim no campo da saúde pública e do direito ao corpo. Quando falamos em aborto estamos falando de educação sexual, orientação de planejamento familiar, atendimento psicológico, acesso a contraceptivos, combate à desigualdade de gênero.

Não abrimos mão da liberdade de escolher. A luta pelo aborto legal e seguro é uma luta por liberdade, pelos nossos corpos, pelas nossas vidas. Não recuamos da luta contra o avanço conservador e pelo direito à vida plena de todos os corpos. Defendemos uma educação emancipadora de gênero e sexualidade como forma de combate à violência de gênero e à violência LGBTfóbica. Queremos autonomia e autogestão dos nossos corpos. Educação sexual para prevenir, contracepção para não engravidar, aborto legal, seguro e gratuito para não morrer. Precisamos estar organizadas e tomar as ruas em luta. Com ação direta, lutar contra o estado racista, o capitalismo e patriarcado. Construir o poder popular para barrar a opressão dos nossos corpos. É o caminho que nós, anarquistas, trilhamos.

POR NENHUMA A MENOS!

**POR TODAS AS MULHERES MORTAS EM ABORTOS CLANDESTINOS
NENHUM MINUTO DE SILÊNCIO!**

TODA NOSSA VIDA DE LUTA!

COORDENAÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA

ANTIGAMENTE QUILOMBO, HOJE PERIFERIA

O dia 20 de novembro não é uma data de comemoração, mas sim de rememoração, com orgulho, da história de luta do povo Preto que desde a chegada dos primeiros navios negreiros enfrenta de forma nada passiva a exploração de nossa mão de obra e a rapina opressiva que chacina nossas vidas, seja com o chicote do senhor de engenho, com o cárcere ou com a arma da polícia.

A data é uma referência ao assassinato de Zumbi, guerreiro do povo Preto que liderou o Quilombo de Palmares durante os enfrentamentos contra os capitalistas brasileiros. Palmares é o mais longo processo de rebelião de escravos da história da humanidade; tendo ocupado um espaço que equivale, em tamanho, ao estado de Alagoas; com uma população em torno de 20 mil pessoas; exterminando a miséria; e tendo resistido a dezenas de incursões militares, lutando não só para não voltar a ter grilhões, mas também para manter sua sociedade na qual a propriedade estava coletivizada e não reinava o dinheiro.

Zumbi não foi o único líder-guerreiro. Além dele temos: Tereza de Benguela, Aqualtune, Dandara, Ganga Zumba, dentre outras milhares que o nome não ficou registrado.

E foram tantos os quilombos surgidos em solo brasileiro que podemos falar da existência de um processo de luta chamado **quilombagem**. Os quilombos não foram só o refúgio dos que já não mais aguentavam ser escravos. Foram as primeiras ferramentas de luta organizada do povo Preto em resposta ao desenvolvimento do capitalismo, que tinha na escravidão o seu grande pilar. A quilombagem desgastou o escravismo e foi a grande responsável pelo fim da escravidão, não a bondade de uma rainha branca.

Junto à organização em sociedades livres - os quilombos - o povo Preto articulava justicamentos de seus algozes, saques, queima de fazendas, sabotagem alimentar e tomada de terras. Deixando nitido que longe de uma aceitação passiva da escravidão o que se viu em terras brasileiras foi um intenso confronto, marcado pelo sangue.

Apesar de ser o principal mecanismo de resistência do povo Preto, erra quem pensa que nos quilombos havia apenas ex-escravos. Os quilombos também receberam Pretos livres, trabalhadores brancos pobres, indígenas e prostitutas, qualquer excluído ou excluída que buscava por um espaço de luta e organização coletiva. Indicando o único caminho possível para a luta social: a unidade entre os de baixo para o confronto organizado contra os de cima.

O fim da escravidão foi obra da luta do povo Preto, mas o fim do racismo só pode ocorrer com o fim do capitalismo.

Os capitalistas, temendo que da quilombagem resultasse uma revolta social, cederam, assinando o fim da escravidão em 1888, mas o fizeram em seus termos, para preservar a sua capacidade de superexplorar.

Sem terras, sem propriedades e sem emprego, os homens e as mulheres Pretas não tiveram outra opção que não se submeter a salários de miséria em trabalhos degradantes. Assim, o fim da escravidão não representou liberdade.

E não bastasse lançar o povo Preto à miséria, os capitalistas brasileiros implementaram um programa de imigração de trabalhadores brancos, pois queriam livrar o país do que eles chamavam de “mancha negra”. Para isso, usaram de todas as ar-



Muralismo no Morro dos Macacos, Vila Isabel - RJ

mas que puderam: desemprego, fome, exclusão social, aprisionamento e a chacina nas mãos da polícia.

1888 pode até parecer longe, mas não é. As consequências da escravidão e dessa falsa abolição são sentidas até os dias atuais. O povo Preto ainda é o que amarga as maiores taxas de desemprego e pobreza; o encarceramento em massa atinge diretamente os jovens Pretos e o extermínio ocorre cotidianamente pelas mãos da PM, com covardes assassinatos diários, como o de Agatha Félix, de apenas 8 anos ou como o histórico caso do Carandiru, que há 27 anos deixa impune os PMs que mataram 111 presos desarmados.

“(...) As consequências da escravidão e dessa falsa abolição são sentidas até os dias atuais, o povo Preto ainda é o que amarga as maiores taxas de desemprego e pobreza; o encarceramento em massa atinge diretamente os jovens Pretos e o extermínio ocorre cotidianamente pelas mãos da PM (...)”

As trabalhadoras Pretas sofrem mais ainda, já que, além de lidar com o racismo e a pobreza, têm que enfrentar o patriarcado. O reflexo disso faz com que elas possuam os menores níveis de escolaridade, ocupem subempregos, com salários baixos e condições precárias de manter sua existência e de suas famílias. Entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres Pretas cresceu 29,9% enquanto das não-negras cresceu 4,5%. As mulheres Pretas ainda sofrem com uma enorme sexualização, sendo vistas como mulheres “para pegar e não para casar”. Em muitos casos tendo até que cuidar dos filhos sozinhas. Os desafios que hoje estão colocados para o povo Preto não são novos, os inimigos da liberdade real são os mesmos de quando a escravidão reinava aqui: os capitalistas, que nos vendiam ontem e nos chacinam hoje.

Portanto, a solução para superar a miséria, o extermínio, a fome e o desemprego é nos organizarmos, tomando o processo de a quilombagem como norte, unirmos forças entre o conjunto dos trabalhadores - brancos e Pretos - os excluídos, as mulheres prostituídas e os povos originários para, de forma organizada, construirmos uma alternativa verdadeiramente socialista, capaz de garantir a real liberdade.

Diante do avanço do capital sobre nós, com ataque aos direitos trabalhistas, destruição da nossa aposentadoria e helicópteros sobrevoando nossas casas é hora de a quilombar!

Organizar a resistência em cada periferia, local de estudo e trabalho!

(Texto completo em www.farj.org)

BIBLIOTECA SOCIAL FÁBIO LUZ - Fundada em 18 de novembro de 2001

Entre em contato e faça uma visita:

<http://bibliotecasocialfabioluz.wordpress.com> | www.facebook.com/bibliotecasocialfabioluz

Libera, 2.000 exemplares. Agradecemos a todas/os que nos apoiam e fazem esta publicação ser possível. Se você tem interesse de distribuir ou contribuir com o Libera entre em contato: farj@riseup.net



Negro Matapacos

SITES - BRASIL: CAB www.vermelhoenegro.net | CABN/SC www.cabn.libertar.org | ORL/CE www.resistencialibertaria.org | OASL/SP www.anarquismosp.org | FAG/RS www.federacaoanarquistagaucha.org | Rusga Libertária/MT <http://rusgalibertaria.noblogs.org> | FARPA/AL <https://farpaal.wordpress.com> | CALC/PR <http://anarquismopr.org.wordpress.com> | FACA/PA <http://resistenciabana.noblogs.org> | FAE/BA <https://faebahia.wordpress.com> | COMUNA/PB www.coletivocompa.org | ÁFRICA DO SUL: ZACF www.zabalaza.net | ARGENTINA: FAR <http://federacionanarquistaderosario.blogspot.com.br> | COLÔMBIA: Grupo Libertario Via Libre: <http://grupolibertariovia libre.blogspot.com.br> | BOLÍVIA: OARS www.oars.tk | FRANÇA: Alternative Libertaire <http://www.alternativelibertaire.org> | CNT Vignoles www.cnt-f.org | CGA www.c-g-a.org | MÉXICO: AMZ <http://espora.org/amz> | CAMA <http://espora.org/cama> | PERU: USL www.uslperu.blogspot.com | URUGUAI: FAU <http://federacionanarquista Uruguaya.com.uy> | EUA/CANADÁ: Black Rose/Rosa Negra: <http://www.blackrosefed.org> | NEFAC www.nefac.net | UCL www.causecommune.net | ITÁLIA: FdCA-Alternativa Libertária www.fdca.it | IRLANDA: WSM www.wsm.ie | ESPANHA: CNT www.cnt.es | CGT www.cgt.org.es | EMBAT (Catalunha) <http://embat.info/> | Rede Internacional Anarkismo.net: www.anarkismo.net